

## **O SUPREMO, OS DEUSES, AS DECLARAÇÕES DE BENS E A FAXINA.**

Oscar Argollo

A Lei Federal no. 9.429, de 1992, lei contra a improbidade administrativa, dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, determinando que (*art. 13*) a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. A declaração (§ 1º) compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico. A declaração de bens (§ 2º) será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função, e será punido (§ 3º) com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

O Conselho Nacional de Justiça, no âmbito constitucional de controle do Poder Judiciário, pela Corregedoria Nacional, vem examinando o comportamento de centenas de magistrados que não cumprem a determinação legal do § 2º do art. 13, da lei de combate à improbidade administrativa. A propósito, há procedimento demandado no STF contra a Corregedoria Nacional de Justiça, em razão de exame correicional em alguns tribunais, a fim de apurar o comportamento irregular de magistrados, Pedido de Providências que tramita desde 2009, agora atacado pelo Mandado de Segurança no. 31085, ajuizado pelas Associações dos Magistrados AMB, ANAMATRA e AJUFE, havendo despacho de liminar determinado a suspensão da tramitação do processo administrativo referente, uma situação que merece uma verdadeira correição nacional no Poder Judiciário.

A Lei Federal no. 9.613, de 1998, dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para o cometimento de ilícitos e criou o COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras, vinculado ao Ministério da Fazenda, com a finalidade (*art. 14*) de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as

ocorrências suspeitas de atividades ilícitas, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades, devendo, ainda, coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores, podendo requerer aos órgãos da Administração Pública as informações cadastrais bancárias e financeiras de pessoas envolvidas em atividades suspeitas. Se há cooperação e troca de dados entre o COAF e o CNJ, sobretudo se um informa ao outro sobre a existência de movimentação financeira de magistrados, parentes e afins, acima dos limites fixados, e se há magistrados que sequer apresentam cópia da declaração de bens, parece que os problemas no Poder Judiciário são maiores que qualquer pauta jornalística a informar, pontualmente, outras situações fora de um contexto mais nítido e objetivo sobre o tema, de dois acontecimentos relevantes e gravíssimos.

A Corregedoria Nacional de Justiça, em razão do controle funcional, tem o poder-dever de manter um cadastro atualizado de todos os agentes públicos que atuam no Poder Judiciário, inclusive dos magistrados, deles não excluindo, também, o cadastro de cada ministro do STF. Todos os agentes públicos vinculados, de alguma forma, ao Poder Judiciário estão submetidos aos assentamentos cadastrais pessoais, comportamentais e disciplinares, organizados pelo CNJ, no controle da atividade funcional judiciária. O órgão controlador deve, à evidência, manter cadastro de todos os controlados e, também, dos magistrados supremos, os quais devem dar o exemplo funcional, demonstrando, destarte, que cumprem seus deveres funcionais, como qualquer agente público mortal, ainda que o façam perante o Departamento do Pessoal do próprio órgão Supremo. Se o STF não se submete ao CNJ, nada impede que seus ministros dêem o exemplo funcional. Ao Conselho Nacional de Justiça compete (*CF. art. 103-B, § 4º*) o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. O magistrado que não cumpre dever funcional, qual seja, o de apresentar anualmente a cópia de declaração de bens, incorre em falta disciplinar, passível de demissão a bem do serviço público, pois assim diz a lei.

Se, porventura, desde 2009 há magistrado que não apresenta declaração de bens, por qual motivo ainda não foi demitido a bem do serviço público? Se há magistrado, parente ou afim realizando movimentação financeira acima dos limites, tal fato não merece ser apurado? Ao magistrado não se aplicam as normas legais gerais atinentes a todo e qualquer cidadão ou agente público? Se o magistrado juiz é Deus, enquanto o magistrado desembargador tem Certeza, o que dizer do magistrado ministro Supremo e...dos pobres agentes públicos mortais? – Independentemente das considerações

sobre cada um e cada qual, dos ciúmes e das paixões, o *imbróglio* causado pode ensejar a atuação do Ministério Público Federal. Aliás, parece que é a pretensão das corporações profissionais. Se, porventura, isso realmente ocorrer, nada impede ao Ministério Público Federal, ademais daquilo que lhe for ser solicitado, apurar a eventual falta disciplinar de magistrado que não apresenta regularmente a declaração anual de bens. Chegou a hora da “faxina” judiciária, expressão de atividade doméstica recentemente repristinada em nosso vocabulário. Tomara!

**Advogado e fundador do Conselho Nacional de Justiça.**

**\* O texto publicado não reflete necessariamente o posicionamento do IAB**